

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No mês de julho, voltaram a registar-se episódios de poluição ambiental no município de Alcanena, causando odores nauseabundos, intensos e prejudiciais para a saúde da população. Num contexto de confinamento, devido à pandemia, e de altas temperaturas que por estes dias se fazem sentir em Alcanena, é inaceitável que a população seja obrigada a cerrar as janelas das suas habitações. Os maus-cheiros sentidos no município apresentam o odor característico dos sulfuretos provenientes da indústria de curtumes.

Segundo o comunicado de 17 de julho da Aquanena, a empresa municipal de águas e saneamento de Alcanena, os episódios recentes de poluição são provocados por descargas ilegais de hidrocarbonetos no sistema de saneamento do município. A empresa dá nota de que os maus odores proveem de “um desequilíbrio na fase de tratamento biológico, associado a uma diminuição dos teores de oxigénio” na estação de tratamento de águas residuais (ETAR).

A ETAR de Alcanena, construída pelo Estado, foi entregue em 1993 à Austra, a associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, que havia sido constituída no ano anterior. Em 2009, a Câmara Municipal de Alcanena, a Austra, o Instituto da Água e a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, assinaram um protocolo com o intuito de resolver os problemas relativos ao tratamento de efluentes no concelho. O protocolo previa um grande investimento na requalificação da ETAR de Alcanena, mas foi depois reduzido a pequenas intervenções.

A Aquanena, criada em 2019, veio substituir a Austra na gestão do sistema de saneamento industrial e tratamento de efluentes do município. O resgate do contrato da concessão da ETAR teve por base um parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) sobre a impossibilidade de associações de utilizadores serem entidades gestoras.

A Austra, representante da indústria poluente, era a mesma entidade responsável pela gestão do sistema de águas residuais do concelho. O conflito de interesses, gritante, explica em parte a poluição recorrente do ar e das águas de Alcanena, por falta de investimento na remodelação da

ETAR e no sistema de tratamento de águas residuais.

Os episódios de poluição do ar e das massas de água em Alcanena persistem ao longo do tempo, sem que se vislumbrem soluções eficazes e sem que sejam apuradas responsabilidades. Em dezembro de 2019, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou o ministro do Ambiente e da Ação Climática acerca da poluição persistente no município (Pergunta n.º 403/XIV/1.ª), não tendo obtido qualquer resposta até à data, apesar de há muito ter sido ultrapassado o prazo regimental de 30 dias de resposta do Governo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Por que motivo(s) o protocolo de Alcanena, assinado em 2009, por iniciativa do Ministério do Ambiente, não foi cumprido como inicialmente previsto, tendo sido reduzido a pequenas intervenções no sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena?
2. Desde que a empresa Aquanena gere o sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena, quais foram as alterações realizadas no sistema? Porque persiste a poluição ambiental?
3. O Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), ou outras entidades competentes, foram notificadas de descargas ilegais no sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena no mês de julho?
 - 3.1 Em caso afirmativo, foram realizadas, ou estão previstas, ações inspetivas para determinar a origem da poluição?
 - 3.2 Quais são as consequências e as conclusões das ações inspetivas?
4. Que entidades estão na posse de licença para utilizar o sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena?
5. Há entidades a utilizar o sistema de tratamento de águas residuais sem a devida licença?
6. Das entidades a operar no município de Alcanena, quais realizam pré-tratamento dos seus efluentes?
7. Existem entidades em incumprimento quanto ao pré-tratamento dos seus efluentes? Quais?
8. Que medidas prevê o Governo adotar para evitar que se repitam episódios de poluição ambiental no município de Alcanena?

Palácio de São Bento, 27 de julho de 2020

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)